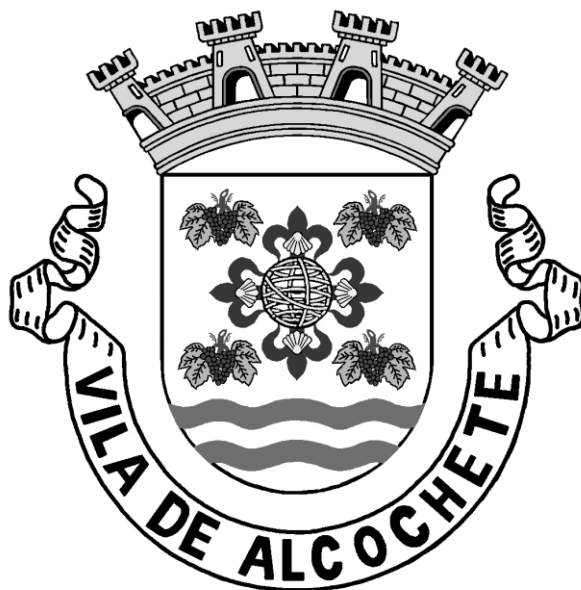




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03 /18

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 21 DE JUNHO
DE 2018**

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Susana Isabel Marques Pereira Maia e Rodolfo Soares Marques Pereira.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, João Ricardo Figueiredo Lopes e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete; Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Maria de Fátima Lima Vieira. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 1)

- Bruno José Pereira Soares, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 2)

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Ata como Doc 3)

- Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Ata como Doc 4)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea c) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão ordinária de 28 de dezembro de 2017:

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

- Ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2018:

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Andreia Sousa, pelo PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Cultura de Segurança no Concelho”.(Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 5)

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Ana Lúcia Maduro:

Entende que a proposta é viável e correta, mas o prazo apontado no ponto 3 não lhe parece ser viável, em virtude de ser um prazo curto para a Câmara estudar o assunto, acrescido do facto de a Assembleia Municipal só reunir de dois em dois meses.

- Presidente da Câmara:

Considerou a apresentação da proposta extemporânea, referindo também que a mesma se encontra ferida de veracidade, denotando uma grande falta de conhecimento do que é o planeamento e a estratégia do executivo em relação a estas matérias em parceria com os agentes de segurança no concelho, nomeadamente o Serviço de Proteção Civil, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete e a GNR de Alcochete.

- Presidente da Assembleia:

Também entende que o prazo indicado no ponto 3 não é passível de ser viável.

Submetida à votação, a moção foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor e 14 abstenções.

- Andreia Sousa, pelo PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Conselho Municipal de Segurança). (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 6)

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Questionou o presidente da Câmara no sentido de saber se este promoveu algumas “démarches” junto dos atuais membros do Conselho (sendo ele um deles) de forma a este poder reunir com a maior brevidade possível.

- Presidente da Câmara:

Informou que foram dadas instruções ao Serviço Municipal de Proteção Civil Municipal para que sejam desenvolvidas as “démarches” necessárias de forma a olhar para esta valência da segurança como um todo e não de forma particular, porém, ainda não há resultados palpáveis para aprovar.

Referiu ainda, que considera a apresentação desta moção tal como está, extemporânea, fora de tempo, pese embora entenda e se congratule pela preocupação que deve ser transversal a todas as bancadas.

Lembrou já terem sido aprovados os planos de segurança para as festas de S. Francisco e para o Festival da Liberdade, este último, em articulação com o CODIS, Alta Autoridade da Proteção Civil, Associação de Bombeiros de Alcochete, INEM e GNR.

- Luiz Batista:

Frisou que não coloca em causa a competência do técnico da Câmara que tem acompanhado estas matérias, mas certamente o presidente ficaria mais confortável e aconselhado, se o Conselho estivesse a funcionar. Esta situação já vem do anterior executivo camarário e o adiar permanente dos assuntos começa a ser muito mau, assim como não entende que a apresentação da moção seja extemporânea.

Submetida à votação, foi rejeitada, com 9 votos contra do PS, 10 abstenções da CDU e 5 votos a favor do CDS-PP e PSD.

Ana Lúcia Maduro fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo á Minuta da Ata como Doc 7)

- Henrique da Câmara, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Transferência de competências”.(Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 8)

Submetida à discussão, registaram-se, sucintamente, as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Na sua opinião, o PCP quer tudo e não quer nada, ou seja, quer a descentralização, a regionalização, mas depois quando chega a hora da verdade, rejeitam. Todos sabem que associado a um conjunto de competências virão os pacotes financeiros associados, tal como já aconteceu no passado.

O processo vem do anterior Governo e o atual continuou o seu desenvolvimento e na sua opinião bem, porque o mesmo se traduzirá na prestação de melhor serviço às populações.

- Álvaro Costa:

Voltou a frisar que a CDU é favorável à descentralização de competências, mas não o é em relação à desconcentração, como aconteceu num passado recente, indicando vários exemplos demonstrativos da sua afirmação.

Entende também, que o Governo está a querer descentralizar obrigações que são responsabilidade das regiões, pelo que face a isto, era necessário haver coragem para regionalizar, tanto mais que está previsto no edifício constitucional, sendo esta a única falha no cumprimento da legislação aplicável.

- Ricardo Loureiro:

Salientou que a bancada do PS em momento algum é contra a descentralização, tanto mais que, na sua opinião, no tempo moderno que se vive, ser impensável um acréscimo de funções sem os respetivos meios. Eventualmente, poder-se-á discutir se os meios serão ou não suficientes, mas partir do princípio de que não o são, não lhe parece ser razoável.

- Luiz Batista:

Afirmou que este assunto o divide relativamente à posição do deputado Álvaro Costa, porque a regionalização já foi sujeita a Referendo e claramente rejeitada pela maioria da população, entendendo assim, que este assunto deve continuar a ficar na gaveta. Não há que ter medo das responsabilidades pelas descentralizações, porque entende que se farão acompanhar do respetivo pacote financeiro e de outras condições essenciais.

- Presidente da Assembleia Municipal:

É a favor da descentralização de competências desde que acompanhada das devidas contrapartidas.

- Álvaro Costa:

Para além do já anteriormente por si referido, chamou a atenção para as questões de universalidade que se prendem com a descentralização.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor da CDU, 9 abstenções do PS e 5 votos contra do CDS-PP e PSD.

Luiz Batista fez a seguinte declaração de voto em nome do PSD: “O PSD votou contra porque é favorável a uma descentralização mas não a uma regionalização como é de facto proposto e referido nesta moção”.

- Susana Maia, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete SIM! BA6 NÃO! (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 9)

Submetida à discussão, registaram-se, sucintamente, as seguintes intervenções:

- Alexandre Gonçalves:

A questão do aeroporto na BA6 é algo que os tem vindo a preocupar e que tem sido alvo de ampla discussão no seu seio, salientando as dúvidas que têm, relativamente ao impacto ambiental, que trará como consequência o afetar da qualidade de vida das pessoas, contudo, também afirmou que têm consciência da questão financeira e económica, que fruto da crise que se atravessou e da incapacidade económica e financeira para um investimento definitivo no Campo de Tiro de Alcochete, o que coloca alguns constrangimentos e isto porque a implementação do aeroporto na BA6 tem fim à vista.

Afirmou, que para o CDS-PP a solução ideal seria no Campo de Tiro de Alcochete.

- Luiz Batista:

Salientou que já não é a primeira vez que se debate este assunto na Assembleia Municipal, dada a proximidade e o próprio território, porque na BA6 o concelho de Alcochete ainda tem uma pequena parcela.

Nada tem contra a construção do aeroporto no Campo de Tiro, porém, entende que se a Portela é para continuar, não há condições para se construir um aeroporto de grandes dimensões, até por questões de competitividade.

Em termos de segurança e nos estudos já efetuados, o impacto em termos de segurança na BA6 é 82% menor do que em Lisboa e ninguém coloca em causa o fecho do aeroporto de Lisboa.

Em relação ao ruído, esclareceu com o conhecimento técnico que tem da matéria que o mesmo não afetará a população no concelho de Alcochete. O problema com o aeroporto na BA6 prende-se com as acessibilidades porque teriam que ser criados meios para transporte das pessoas para o centro de Lisboa em menos de meia hora, contudo esta solução será a mais factível, com custos muito menores.

Na sua opinião, a proposta de moção apresentada está ferida de inverdades.

- Natacha Patinha:

Afirmou que todos reconhecem que a Portela está esgotada e isso é um bom sinal, pois tal significa que o país se está a desenvolver, com a vinda de cada vez mais turistas.

Quando o deputado Luiz Batista afirma que não há dinheiro, recordou que quem devia construir o novo aeroporto não é só o Governo português, são também os franceses da VINCI, os quais são obrigados a construí-lo como forma de sermos recompensados das contrapartidas que lhes foram dadas pela exploração aeroportuária. Mais disse que se é para fazer investimento, então entende que se deve fazer uma obra em condições e não uma que seja com fim à vista (10 ou 20 anos), evitando-se assim que no fim deste prazo se volte à mesma discussão.

É necessário ter visão de longo curso e não é com a BA6 que se consegue, dado esta não passará de um terminal de passageiros, com tudo o que de nefasto implica. Lembrou que muitos moradores na zona da Portela mudaram a sua residência para a margem sul em busca de melhores condições de vida.

Torna-se necessário pensar na pressão urbanística que já se sente em Alcochete ao nível dos preços da habitação (e ainda o aeroporto não existe). Não gostaria que Alcochete viesse a ser transformado num local de elite, porque todos têm direito a viver em Alcochete.

Deu conhecimento que a Junta de Freguesia de Alcochete reuniu há algum tempo com a empresa que fez o estudo de impacto ambiental. Nessa reunião, a junta de freguesia transmitiu algumas preocupações, nomeadamente com o ruído, as aves e o perigo a que a população pode ficar exposta com a constante passagem de aviões.

Entende também e contrariamente ao que muitas vezes é afirmado, que o aeroporto na BA6 não trará desenvolvimento e que os possíveis benefícios não irão compensar os prejuízos.

Lembrou que o estudo de impacto ambiental está feito, mas falta a avaliação ambiental estratégica que é fundamental para a decisão do aeroporto na BA6.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Esclareceu que não se pode afirmar que a VINCI irá pagar o aeroporto, porque como é sabido e é público, esta empresa já deu o dinheiro ao Governo do PSD, pelo que não terá que construir o aeroporto.

Quanto ao ser construído no Samouco, entende que não reúne condições, porque irá estragar a qualidade de vida da população, para além do preço da habitação, que certamente criará um grande problema para as gerações vindouras.

- Álvaro Costa:

Referiu que esta infraestrutura não diz apenas respeito a Alcochete mas sim a todos o país. Dos estudos efetuados desde a opção OTA, é no Campo de Tiro em Alcochete que resulta como a melhor opção em termos estratégicos comparativamente a outras localidades, por ser mais barato e mais adequado.

- Ricardo Loureiro:

Entende que há uma parte que querem votar a favor e há outra que cria algumas dúvidas. Independentemente da decisão, expressou o seu apoio ao atual executivo porque tem total confiança, independentemente da decisão que tomem, venham a ser capazes de maximizar os benefícios para Alcochete e reduzir os impactos.

- Pedro Ferreira:

Na qualidade de autarca na freguesia de Samouco, este é um assunto que o preocupa há já algum tempo. As preocupações da freguesia têm vindo em crescendo. Também a Junta de Freguesia de Samouco recebeu a equipa que fez o estudo de impacto ambiental em reunião e nesta foi possível perceber que as coisas estavam mais que inquinadas. A junta de freguesia nunca foi ouvida assim como muitas outras entidades.

Como já referido, as preocupações eram em crescendo, também devido ao facto de a equipa colocar a questão como sendo uma oportunidade de ouro para a freguesia de Samouco e do concelho. Pelo contrário, entende sim que isto será um “leva e trás” sem nada de proveitoso para a região, tando mais que pretendem privilegiar o transporte fluvial para Lisboa. Em relação ao acrescentar a via junto aos arames, propôs, caso isso venha a ser verdade, que não se prejudiquem os proprietários dos terrenos confinantes com a via. A questão do arranjo da estrada Alcochete-Samouco foi também colocada, tendo sido esclarecido que não está prevista a sua requalificação.

Recordou também o negócio feito com a ANA e esta com os franceses da VINCI, não percebendo porque se quer poupar dinheiro à VINCI. Defendem-se os empresários em detrimento dos contribuintes portugueses, quando, certamente serão estes que irão pagar.

Também não entende o motivo pelo qual o aeroporto não pode ser construído por fases (à medida das necessidades) contrariamente ao que acontece em quase todo o lado.

Este assunto é uma opção política dos que têm sido Governo até hoje, aos quais tem interessado mais o aspeto financeiro das empresas.

- Sérgio Simões:

Entende que o problema é muito delicado; se por um lado é óbvio que ninguém quer aqui o aeroporto para se poder continuar a ter qualidade de vida, por outro lado o Portela +1 é um investimento que o Governo garante que irá fazer que rondará até 500 milhões de euros, mas é garantido pelas taxas aeroportuárias, contrariamente aos 5 mil milhões para construir no Campo de Tiro acrescido de que a hipótese de ser construído por fases não é viável. A visão de construir no Campo de Tiro era a melhor solução para o Samouco, porém e apesar de todos poderem estar contra a solução Portela + 1, o Governo entende que no momento é a melhor, mais viável e única que tem.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Aguarda que o executivo camarário não negocie determinados assuntos fraturantes em troca de uma estrada ou do alcatroamento de uma rodovia, porque o preço que se irá pagar não é pagável por uma via rodoviária.

- Presidente da Câmara:

Sobre o assunto subscreve o que foi dito por Sérgio Simões.

Submetida à votação, a moção foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor da CDU, 12 abstenções do PS e CDS-PP e 2 votos contra do PSD.

Alexandre Gonçalves fez declaração de voto em nome do CDS-PP. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 10)

- Ana Luísa Lourenço, em nome da CDU, apresentou um requerimento para inclusão de um ponto na próxima sessão da Assembleia Municipal com o título “ Constituição de uma Comissão Permanente do Ordenamento do Território, Urbanismo e Atividades Económicas”. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 11)

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Alexandre Gonçalves:

Referiu que a proposta lhe suscita a seguinte dúvida: Trata-se de uma Comissão que será um órgão consultivo?

Entendem que em decisões de tão grande importância como as que estão mencionadas, não lhe passaria pela cabeça que o executivo (e fosse ele qual fosse) não viesse junto desta Assembleia que foi eleita por todos os munícipes e que representa a sua vontade, recolher *inputs*, aconselhamento, opiniões e se caso disso, alterar aquilo que tivesse necessidade de ser alterado.

Face à dúvida, solicitou alguns esclarecimentos por parte do presidente da Câmara.

- Álvaro Costa:

Esclareceu que a iniciativa se baseia fundamentalmente no artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal. Consideram estes grupos de trabalho importantes, acrescentando que quando foi presidente da Assembleia funcionavam três grupos de trabalho que muito ajudaram o executivo em matérias que defendiam, tendo em conta uma visão muito mais alargada das forças que têm a responsabilidade de aprovar o documento.

- Presidente da Câmara:

Referiu que o PDM está a sofrer alterações desde 1997 e é aconselhável que seja revisto de 10 em 10 anos, contudo passou-se 2007 e 2017 e não foi revisto, quando ele é tão somente o documento de gestão do território mais importante que o município tem ao seu dispor para nele poder trabalhar.

Acrescentou que o executivo está preparado para desafios vindouros sejam em que área for. Estão atentos e irão potenciar as oportunidades que os novos investimentos de âmbito nacional e que recaiam no concelho de Alcochete, assim como estão atentos para retrain o que de menos positivo os investimentos possam trazer e para que tudo isto aconteça têm que estar munidos de um instrumento de gestão que é o PDM, que começou recentemente a ser preparado de modo a que em 2020 esteja definido, sob pena de o município de Alcochete deixar de poder enveredar pelos caminhos dos Quadros Comunitários.

Por tudo isto, naturalmente contam com a Assembleia Municipal para os assuntos que são de verdadeiro interesse para o concelho de Alcochete e tendo em conta a importância que este documento representa para o executivo e para todos os presentes, é obviamente um assunto que será partilhado no sentido de que com o contributo de todos se enriquecer o concelho.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Lembrou que apenas estava em causa a constituição de uma Comissão e não a discussão sobre o PDM.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

- Ana Lúcia Maduro, pelo PS, apresentou um Voto de Louvor a Gilberto Filipe. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 12).

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Ana Lúcia Maduro, pelo PS, apresentou um Voto de Louvor ao Grupo Casa da Malta, Vulcanense Futebol Clube, Universidade Sénior de S. Francisco de Assis (UNISFA) e Comissão de Festas da festa de Confraternização Camponesa de S. Francisco. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 13).

Submetido à discussão, a título pessoal, Alexandre Gonçalves informou que votava a favor do documento, dado este mencionar instituições que muito preza e cujo trabalho reconhece, porém, do documento apresentado também consta o Grupo Casa da Malta de cujos órgãos sociais faz parte, o que o obrigaria a abster nesta votação, no entanto, como o Voto de Louvor compreende várias instituições votará a favor.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

- Diogo Mourão, em nome do PS, apresentou um Voto de Congratulação pela organização do Festival Liberdade em Alcochete. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 14)

Submetida à discussão, Natacha Patinha propôs alteração ao 2.º e 4.º parágrafo do texto, a saber: No 2.º parágrafo onde se lê: "...congratulamos todos os patrocinadores e

parceiros”, substituir por “...congratulamos a AMRS, todos os patrocinadores e parceiros pela organização...”

No parágrafo 4.º propôs a seguinte correção: “Por último mas não menos importante, congratulamos a AMRS pela decisão de realizar o Festival da Liberdade 2018 em Alcochete e todas as entidades envolvidas para que o mesmo se realizasse... retirar a expressão: “a determinação e a capacidade de não virar cara à luta” até à palavra “achado”.

- Luiz Batista:

Afirmou que pessoalmente não tem nada contra a realização do Festival, mas mostrou-se descontente com a realização do mesmo, por entender que não foi correta a escolha do local (perto de residências, nomeadamente da sua) com um volume de som absolutamente exagerado, que fazia estremecer os vidros das janelas, mostrando assim desrespeito para com as pessoas, tanto mais que havia alternativa ao espaço.

- Henrique da Câmara:

Questionou o deputado Luiz Batista se este tinha conhecimento de:

- Há quantos anos se realiza o “Rock in Rio” em Lisboa?
- Quantidade de estrangeiros que este evento traz a Lisboa?
- Quantidade de dinheiro que estes gastam em Lisboa?
- Quantas pessoas moram no Bairro da Bela Vista, em Chelas?

Este evento já se realiza há muitos anos e irá continuar a realizar-se e é um dos maiores a nível mundial, por isso, também o festival em Alcochete poderá trazer muito dinheiro e visibilidade para a vila. Lembrou também, que durante as festas do Barrete Verde os moradores do centro da vila também ficam prejudicados, mas as festas não deixam de acontecer.

- Presidente da Câmara:

Referiu que o festival é organizado pela AMRS e este foi de facto uma grande organização que acompanhou de perto durante dois dias, convivendo de perto com a secretária-geral da AMRS bem como com todos os colaboradores inerentes a esta, que desenvolveram em Alcochete um trabalho irrepreensível, que contou com o apoio inequívoco da câmara municipal.

Esta realização foi uma ocasião soberana aproveitada para pensar com maior rapidez a limpeza da praia do espaço que pertence a Alcochete e que o executivo se congratula por o devolver à população.

Durante a realização do festival foi feito um acompanhamento com todos os agentes inerentes ao mesmo, não havendo um único dado digno de relevo, seja em apreensão, seja em transporte.

Felicitou ainda o setor da Juventude, Turismo, Desporto e Cultura da Câmara Municipal, pelo trabalho desenvolvido durante o festival.

Diogo Mourão, pelo PS, informou que não alteravam o texto.

Submetida à votação, foi aprovado por maioria, com 13 votos a favor (PS, CDS-PP e 1 PSD) e 11 abstenções (CDU e 1 PSD).

Natacha Patinha fez declaração de voto, em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 15)

- Carla Pereira, em nome do PS, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de António Arnault. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 16).

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e foi cumprido um minuto de silêncio.

De seguida, por proposta do Presidente da Assembleia Municipal, que foi aceite, o período de esclarecimentos da Câmara Municipal passou para o período de antes de encerrar a sessão.

Por proposta do presidente da Assembleia, esta concordou que de seguida o público pudesse usar da palavra, o que foi aceite.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registaram-se as seguintes intervenções:

Neste período, o senhor João Marafuga pretendia abordar a temática das cidades educadoras, porém, o presidente da Assembleia Municipal interrompeu-o, esclarecendo que não poderia falar sobre o tema, em virtude de o mesmo fazer parte da Ordem do Dia da presente sessão.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 5 minutos, o que foi aceite, após o que foram retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha:

Quanto à situação financeira constata que é bastante positiva, dado que no início do mandato o saldo de tesouraria rondava mais ou menos cinco milhões e volvidos seis meses já atingiu quase oito milhões. Os últimos dois saldos de tesouraria em 30 de maio e 13 de janeiro, são ligeiramente superiores à dívida total da câmara e até superior à dívida total no final de 2017.

Esta situação demonstra e vai ao encontro daquilo que a bancada da CDU sempre afirmou, ou seja, que a situação da câmara era bastante confortável e que deveria atingir uma situação estável no decurso do ano de 2018, o que contraria afirmações do presidente da Câmara que dizia no início do mandato que a situação era catastrófica.

- Ricardo Loureiro:

Lembrou que a posição que a bancada do PS defendeu, naturalmente que a mantêm, ou seja, não se deve olhar só para os resultados financeiros porque o que defendem é o seguinte: olhando para o panorama geral e ao facto de os resultados virem exclusivamente dos impostos pagos pela população e atendendo à tabela de investimentos no concelho e à necessidade de investir em tudo e mais alguma coisa, o cenário não é bom e tem várias maneiras de ser visto.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu uma vez mais nunca ter referido que a situação financeira era catastrófica ou dantesca, pelo que o referido por Natacha Patinha é uma inverdade. Aquilo que disse e continuará a dizer é que a situação financeira da câmara aquando da tomada de posse não era tão confortável quanto confortável quiseram afirmar que era.

- Álvaro Costa:

Salientou que o acumular do saldo de tesouraria tem vindo em crescendo, o que já acontecia em 2017 conforme se pode observar nos balancetes mensais, o que quer dizer que o trabalho de reestruturação financeira do anterior executivo não foi em vão.

Mais disse, que em campanha eleitoral, pós resultados eleitorais, o PS em termos públicos sempre apresentou a situação da câmara como sendo extremamente difícil, mesmo catastrófica, reforçando que foram mesmo estes os termos utilizados, apesar de não ter sido dito pelo presidente mas sim pela força política que representa.

Lembrou uma vez mais o histórico da dívida à Simarsul, frisando que este processo será uma luta do concelho, por se exigir respeito e justiça quando se trata das finanças do concelho.

- Presidente da Câmara:

Afirmou que cada um tem a sua visão e a sua opinião em função das palavras que cada um profere. Nunca ninguém o ouvir afirmar ou aos seus pares, que os anteriores executivos não tiveram cuidado com as contas, nem fizeram recuperações. Em 23 de

outubro de 2017, a dívida que a câmara tinha era de 9 800 000,00 euros a curto, médio e longo prazo.

De facto a dívida já foi mais alta, na ordem dos 14 milhões, o que demonstra que houve redução e que houve trabalho feito nesta matéria, mas isso não implica que não fique preocupado.

Considerou ainda que catastrófico é olhar para o parque automóvel, máquinas e equipamentos e ver o seu estado, assim como o do património, que obrigará a um grande esforço ao longo deste e de outros mandatos para a sua recuperação. Em sequência frisou que só voltou a falar destes assuntos porque a oposição os puxa.

- Álvaro Costa:

Relembrou que não é a eficiência das contas que transforma saldos negativos em saldos positivos. A gestão é fundamental, mas a capacidade de investimento é que é necessária e uma dívida de sete ou oito milhões a médio e longo prazo, num concelho como Alcochete não se pode considerar uma situação difícil, mas sim normal. A bancada da CDU estará sempre ao lado do executivo sempre que faça investimentos que melhorem as condições de vida das populações do concelho.

PONTO 2 – REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (FEF) PARA O ANO DE 2019

Submetido à discussão, o presidente da Assembleia informou que a apresentação deste assunto é apenas para conhecimento desta.

- Presidente da Câmara:

Salientou que este assunto é um ato de gestão que privilegia o investimento, podendo a Câmara decidir da repartição dos montantes, ou seja, o município pode decidir da repartição destes entre receita corrente e de capital, sendo que a receita corrente não pode exceder 90% do referido fundo.

A proposta apresentada propõe repartir os montantes referentes ao FEF, sendo 70% para receita corrente e 30% para receita de capital.

- Álvaro Costa:

Referiu que a CDU não faria as mesmas opções.

- Ricardo Loureiro:

Informou que a bancada do PS constatou que existem diferenças no FEF em relação a anos anteriores, principalmente na percentagem de distribuição das receitas, com natural destaque para o reforço na receita de capital, ou seja, no valor a ser utilizado em investimento, pelo que a aprovam.

- Luiz Batista:

Felicitou o executivo, porque ao fim de muitos anos é a primeira vez que deixa de ser a percentagem de 80% e este sentido de retirar também são bons sinais porque também a receita começa a ser bastante generosa.

PONTO 3 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018, COM INCLUSÃO DE DIFERENTES OCORRÊNCIAS E ADITAMENTO DE POSTOS DE TRABALHO NO ÂMBITO DO PREVPAP E 2.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Afirmou que quando se fala em precariedade no emprego, para a Câmara é um assunto sério, que merece a atenção e a criação de medidas para que os trabalhadores tenham condições para o desenvolvimento da sua atividade. A regularização dos vínculos precários era uma aposta para o executivo e a partir da votação, os trabalhadores abrangidos ficarão com a sua situação resolvida.

- Álvaro Costa:

Referiu que o documento é de organização interna, que obedece a legislação específica e haverá sempre opções que cada executivo terá que tomar quando procede à alteração e reestruturação do Quadro de Pessoal, contudo há sempre possibilidade de fazer diferente para conjugar todos os dados. A CDU teria outra visão

Mais, em relação aos operacionais, os setores têm carência de recursos humanos, mas não se regista nenhum aumento nem abertura para novos lugares no Quadro, o que poderá levar a maiores dificuldades no assegurar de trabalhos a realizar pela câmara numa vasta área do concelho, pelo que terá certamente que se socorrer de outras formas de intervenção.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que esta 1.ª alteração vincula todos os trabalhadores que se encontravam ao abrigo do regime dos precários. Quanto a outras soluções, estarão previstas nos concursos que estão abertos e que se encontram com lista válida, de onde mais 3 ou 4 colaboradores poderão entrar para as áreas de higiene urbana entre outras.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor do PS e CDS-PP e 12 abstenções da CDU e PSD. (Documento anexo à Ata como Doc 17)

Ricardo Loureiro fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc. 18)

Álvaro Costa fez a seguinte declaração de voto em nome da CDU:

“ A CDU votou desta forma, absteve-se, porque disse na introdução à análise do documento, que se fosse da nossa responsabilidade a escrituração não seria feita desta forma. E por conseguinte, também disse que nos congratulamos com a admissão dos precários, porque isso está inserido quase como na Lei, é assim, e fez o executivo muitíssimo bem. Não está em causa nada disso, e cada vez continuaremos a pugnar para que existam mais empregos nas autarquias. A nossa posição é coerente, é objetiva, é correta e não contraditória aos nossos princípios. Defendemos em todas as circunstâncias as situações que tenham o objetivo de melhorar as condições dos trabalhadores. Não votaremos nunca contra essa situação. Permitiremos sempre que tudo o que seja feito seja nessa ordem e nessa linha.”

PONTO 4 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE À ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Afirmou que a educação é uma prioridade, não só na recuperação das escolas do 1.º ciclo do ensino básico, fundamentado naquilo que o executivo entende ser a base de uma Carta Educativa.

- Vereadora Fátima Soares:

Explicou que no passado dia 13 de junho, o executivo aprovou por unanimidade a proposta agora presente e de forma sucinta, informou da sua formação e dos objetivos a que se propõe, informando entre outros, a certificação do local desenvolvido na área educativa, através da integração de novas experiências, o trabalhar em rede, divulgação de eventos na área de educação no Banco Internacional de Dados para além da participação em Congressos e eventos nacionais e internacionais.

Referiu também, que a adesão do município requer o pagamento de uma quota anual de €220,00.

- Luiz Batista:

Considerou esta adesão um fator positivo dado que pode trazer mais-valias para o concelho e a propósito questionou se o Agrupamento de Escolas estava envolvido para posteriormente desenvolver projetos nesta organização?

Referiu ainda, alguma preocupação com a qualidade do ensino em Alcochete, porque os *rankings* são o que são e valem o que valem, mas são uma forma de aferição, considerando também a falta de investimento que tem vindo a ser feito nesta área no concelho, apesar do bom trabalho que as Associações de Pais têm vindo a fazer, acrescentou que o preocupa a realidade, ou seja, a câmara deixará de ter uma situação de certa falha local para o demonstrar a nível nacional quando estiver presente em congressos do Banco Internacional de Dados.

- Álvaro Costa:

Congratulou-se com a adesão, dado já em 1997 ter tido o privilégio de estar em Barcelona e ter mantido contactos com membros desta Associação que tem um conhecimento muito rico e diversificado no que diz respeito a todos os sistemas de ensino da União Europeia.

Lembrou os investimentos feitos pelos anteriores executivos e salientou que a maior falha foi dos governos do PSD/CDS-PP porque pouco ligaram ao concelho de Alcochete, quando a responsabilidade é da Administração Central.

- Henrique da Câmara:

Referiu que como elemento da Assembleia Municipal está ligado ao ensino. Faz parte da Associação de Pais há 11 anos, na Escola Secundária e congratulou-se por esta adesão (desde que o executivo não falte a nenhum congresso como falhou o da ANMP).

Alcochete tem aproveitado e bem, na sua opinião, equipamento de outros concelhos mais ricos e os *rankings* não o preocupam.

- Natacha Patinha:

Lembrou a Luiz Batista que a câmara fazia muito mais que a sua obrigação, dado que anualmente dava uma verba de cinco mil euros ao Agrupamento de Escolas de Alcochete para suprir algumas carências.

- Vereadora Fátima Soares:

Esclareceu que o Agrupamento de Escolas não foi ouvido, porque este processo não passa por esse trâmite, porém, apesar de não ter sido ouvido, não deixará de ser beneficiado. Acrescentou ainda, que os *rankings* para além de estarem fora de moda não indicam absolutamente nada para além do que os governos querem, daí terem sido eliminados pelo governo PS.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 19).

Diogo Mourão, em nome do PS fez declaração de voto em nome do PS (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 20).

O presidente da Assembleia Municipal propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

PONTO 5 – APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA S.ENERGIA EM SEQUÊNCIA DA REINTEGRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que na sequência da reintegração do município na S. Energia, registou-se a necessidade de alterar os Estatutos da mesma.

- Vereador Vasco Pinto:

Explicou que após ter sido aprovada em reunião de câmara e no Conselho de Administração da empresa a integração do município de Alcochete, para além de outras aprovações, torna-se necessário adaptar os seus Estatutos a esta realidade.

As alterações passam pela nomenclatura da Associação que passa a designar-se Agência Regional de Energia para os concelhos de Moita, Barreiro, Montijo e Alcochete. A sede da Agência foi alterada e será necessário proceder à alteração do Conselho de Administração, que passará a incorporar mais dois elementos, assim como dos restantes membros da Mesa. Esta medida vem ajudar bastante no cumprimento de metas que decorrem no PAES e a adesão ao pacto de Autarcas obriga também que até 2020 seja necessário reduzir o rácio de produção das emissões de CO2, bem como a concretização de alguns projetos para redução da pegada ecológica e o passar a utilizar nos equipamentos outro tipo de energia, as renováveis.

A finalizar, informou que as equipas da câmara irão trabalhar em conjunto com a S. Energia aproveitando os conhecimentos que esta detém.

- Luiz Batista:

Considerou que é a retoma de uma posição da qual o município não deveria ter saído, tanto mais que a quota não era muito gravosa e depois há outras medidas bem mais onerosas que pouco ou nada contribuem para o município. Entende ainda, que certamente já se tornará difícil atingir as percentagens propostas até 2020.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata como Doc 21)

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram pedidos de intervenção.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Aberto o período, foram registadas as seguintes intervenções:

- Henrique da Câmara:

Questionou se as obras da Escola da Restauração estavam concluídas?

Agradeceu a disponibilidade do executivo na resposta a dois requerimentos apresentados pela CDU na última sessão.

Solicitou informação sobre a zona VIP criada no Festival da Liberdade, questionando se esta teve custos para a autarquia. Estranhou esta zona dado que em anteriores festivais não havia, porém, se a AMRS o decidiu agora, concorda plenamente.

Informou ainda, que como membro designado na CPCJ e por uma questão de transparência, referiu que o volume processual nos primeiros seis meses do corrente ano, foi de 71 processos: 33 com medida aplicada, 35 em avaliação diagnóstica e 13 em análise preliminar.

- Natacha Patinha:

Deu conhecimento que têm chegado aos eleitos da bancada da CDU reclamações por parte de alguns munícipes acerca da existência de alguns buracos na rede viária municipal que carecem de manutenção, assim como da existência de ervas que abundam um pouco por toda a parte no concelho e ainda sobre a falta de limpeza da praia dos Moinhos.

Mais acrescentou, que há trabalhadores afetos a estes trabalhos assim como os serviços de uma empresa, questionando por isso o que se passa porque os problemas persistem.

- Luiz Batista:

Teceu comentários (pouco abonatórios, tendo inclusive o presidente da Assembleia chamado a atenção para a forma como designa a bancada da CDU)) relativos à forma de votação e seu resultado para a CPCJ no anterior mandato e solicitou um ponto de situação com a referência a:

- Representantes da Assembleia Municipal na CPCJ, porque na sua opinião ou se deve anular a última votação ou então deverá proceder-se à substituição dos elementos;
- Estrada junto ao Fórum Cultural que dá acesso ao restaurante “Arrastão”;
- Caminho pedonal com uma pista junto ao Freeport
- Questionou se existe alguma perspetiva de data para a reabertura do Centro de Estágio?

- Pedro Ferreira:

Salientou que já numa anterior sessão referiu que as referências que Luiz Batista faz à bancada da CDU e principalmente ao partido a que tem o orgulho de pertencer, são de um anticomunismo primário, que já não se usa. Gostava de não voltar a referir este assunto.

Agradeceu a realização da reunião de Câmara descentralizada na freguesia de Samouco no passado dia 13 e dirigiu convite informal ao presidente da Assembleia para também promover uma sessão da Assembleia Municipal descentralizada.

Questionou que tipo de procedimento existe para a colocação relvado sintético no Campo de Futebol, que segundo informação do presidente da Câmara estará pronto até ao final do mês de agosto. Trata-se de uma obra que também era projeto da CDU.

Teceu comentários a alguns deputados que continuam a usar as redes sociais para denegrir, mesmo depois de ouvir as lições de moral de alguns membros nesta Assembleia.

Referiu também que a manutenção e limpeza do areal da praia e dos sanitários desta, no Samouco, será da competência da câmara municipal.

Aproveitou para informar o presidente da Câmara que a junta de freguesia já efetuou os trabalhos nos balneários com que se tinha comprometido e também já procedeu à limpeza e manutenção de alguns equipamentos que estavam danificados e foram também colocados os chapéus de sol.

- Ana Lúcia Maduro:

Informou que gostaria de ter acesso à lista de processos da CPCJ.

Seguidamente, referiu que as preocupações do executivo com a Saúde são um dos seus pilares, enumerando algumas das iniciativas nesta área, sublinhando o êxito que foi a 6.^a Edição da Feira da Saúde, que se realizou entre 25 e 27 de maio.

- Diogo Mourão:

Reiterou a sua disponibilidade para ajudar na limpeza da praia do Samouco porque é um espaço que está bastante degradado e que merece toda a atenção, contudo parece-lhe que só agora que a limpeza vai passar para a competência da câmara é que todos se lembraram que a praia estava suja e foi somente por isto que rebateu as afirmações do deputado Pedro Ferreira.

Solicitou os seguintes esclarecimentos:

- Rua do Láparo, sempre irá ser requalificada e se sim, será através de financiamento comunitário?

O projeto mantém-se igual ao do anterior executivo?

A câmara acautelou junto dos proprietários dos terrenos contíguos à estrada as respetivas expropriações?

- É possível apontar um prazo para o início das obras?

- Sérgio Simões:

Entregou um requerimento escrito ao presidente da Assembleia Municipal. (Documento anexo à Ata como Doc 1).

- Ricardo Loureiro:

Constata as atitudes que têm sido promovidas pelo comércio local, nomeadamente os altares de S. João com o apoio da câmara municipal e ainda a dinamização do Mercado

Municipal, não esquecendo a comemoração dos 130 anos de Fernando Pessoa, que na sua opinião é talvez o maior escritor de língua portuguesa apesar de não ter ganhado nenhum prémio Nobel.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu em relação ao pedido de Ana Lúcia Maduro, que apenas pode disponibilizar a tipologia dos processos e não os processos propriamente ditos.

Relativamente à designação dos elementos da CPCJ referiu que a mesma foi feita em março de 2017 pela assembleia municipal e é esta que continua a funcionar apesar de todas as diligências que foram feitas no início do presente mandato, pelo presidente e pela bancada da CDU.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Informou que mantém a sua posição já anteriormente afirmada, em relação ao assunto da CPCJ.

- Presidente da Câmara:

Em resposta às questões colocadas, esclareceu que a obra da escola da Restauração está concluída e ainda não foi rececionada porque se registou um problema com o chão, proveniente das humidades da própria obra, mas estão a ser desenvolvidos os procedimentos necessários para solução do problema.

Relativamente à zona VIP no Festival da Liberdade, tem dificuldade em designar o espaço desta forma, tanto mais que o espaço (telheiro que foi fechado) foi ocupado não só por ele, mas também por um vasto conjunto de pessoas, entre estas, algumas da CDU. Este espaço não trouxe nenhum custo para a autarquia.

Em relação à rede viária, o vereador Pedro Lavrado teve hipótese de esclarecer algumas dúvidas em relação ao atraso nos procedimentos concursais para aquisição de massas asfálticas, que provocou que atempadamente os buracos não fossem reparados. Em relação às valetas, explicou que a Câmara apenas tem uma máquina limpa valetas que já tem muitos anos de trabalho para além de que esteve avariada por um período de três semanas, mas já se encontra em funcionamento.

Quanto à limpeza das praias, de facto a Câmara assumiu a sua limpeza, que é uma tarefa hercúlea, mas estão determinados em fazer o melhor que podem e sabem. A limpeza não teve início em 15 de junho, dado que com o aproximar do Festival da Liberdade entenderam não o fazer, dado que a limpeza decorrente do festival se prolongaria até ao final da semana que foi a estimativa que a Secretária da AMRS transmitiu à câmara, porém os funcionários foram mais rápidos que o esperado pelo que os trabalhos de limpeza já tiveram início. Mais referiu, que no Samouco há a particularidade diferente daquilo que afeta a praia dos Moinhos, que tem a ver com a atividade dos mariscadores. O horário de limpeza será entre as 04:00H e as 10:00H todos os dias até 15 de setembro.

Na avenida Euro 2004, informou que a câmara está em negociações com a Administração do *Freeport* no sentido de que este fique responsável pela manutenção

dos espaços verdes desde a rotunda do Entroncamento até à última rotunda do estabelecimento Pingo Doce. A câmara irá avançar com a limpeza porque entretanto, as negociações ficaram num impasse devido à questão da rega.

Quanto à via junto ao Fórum Cultural, explicou uma vez mais que a estrada é privada e pertence aos mesmos proprietários da família Sena da Silva a qual concordou com as condições apresentadas, porém fizeram questão de que para assinar o protocolo este fosse dividido em dois, exemplificando no que consistia.

A câmara já transmitiu instruções ao empreiteiro e este já tem em seu poder toda a documentação para poder avançar com o espaço inicial, dado que com o outro, existem dificuldades de comunicação entre os donos do terreno e o empreiteiro.

Em resposta a Ana Luísa, informou que nunca afirmou que o Albergue da Juventude estivesse aberto por altura das festas do Barrete Verde e das Salinas, porque ainda estão a ser feitos os projetos de especialidade da parte elétrica, gás e água para se poder apurar o valor da recuperação. Esta obra não é uma prioridade para o executivo, pese embora a importância que o equipamento tem e que será para manter com o perfil com que foi criado.

O vereador José Luís Alfélua contrapôs dizendo que foi feita a afirmação, pelo que o presidente solicitou, que fosse ouvida a gravação.

Relativamente ao campo de futebol do Samouco é expectável que o piso comece a ser colocado e deve estar concluído em finais de agosto ou primeira quinzena de setembro. Neste momento não há nenhuma adjudicação e todas as empresas contactadas demoram mais ou menos trinta dias.

Em termos de Saúde e ao assunto referenciado por Ana Lúcia Maduro, referiu que estas preocupações são normais de qualquer executivo que se preze, frisando que a saúde das pessoas é fundamental, bem como a assistência social e a educação.

Quanto à rua do Láparo, não conseguia prestar a informação no momento, sob o início das obras, mas é uma realidade que irá avançar. O custo da empreitada está previsto não ascender a 660 000,00 euros, esperando-se uma comparticipação de 50% dos Fundos Comunitários, ficando assim encargo da câmara cerca de 300 000,00 euros. O projeto de execução tanto a nível do estudo prévio como no projeto atual contempla intervenções ao nível dos terrenos que são de natureza particular, que não ficou acautelado pelo procedimento desenvolvido pelo anterior executivo. O atual já reuniu com todos os proprietários, afirmando alguns deles que anteriormente foram chamados e pensavam que o assunto já estava resolvido, contudo não houve nenhuma assinatura e as doações têm que ser aprovadas em reunião de câmara. Aguarda-se agora, a devolução dos acordos para se tratar do restante procedimento.

Esta empreitada está consignada e a empresa aguarda que o assunto chegue a bom porto para a poder iniciar.

Explicou também, os trabalhos que constarão da empreitada.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:50 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente minuta da ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,